

Conveniência e necessidade da encarnação em Tomás de Aquino.

por Paulo Faitanin – UFF



Encarnação

Introdução

Minha contribuição para esta jornada **Sobre a Necessidade da Encarnação**: ‘E o Verbo se fez carne e habitou entre nós’ [Jo 1, 14], se pautará na análise e resumo da doutrina de São Tomás de Aquino [TA] desenvolvida na *Sum. Theo.* III, q.1, art.1-6¹. Está dividido em duas partes: I *Conveniência e Necessidade* e II *Motivo e Época*.

I. Conveniência e Necessidade.

Conveniência. Para uma melhor compreensão do significado teológico desta palavra, consideremos, primeiramente, os seus sentidos nos diversos contextos em que ela aparece. Em lógica, conveniência significa o *acordo* que há entre idéias e se dá pelo juízo que afirma. Na moral, conveniência significa virtude e se realiza na prudência. Na matemática, conveniência significa proporção, pelo cálculo. Na estética, a conveniência é um híbrido de proporção, ordem e harmonia entre as partes do todo que compõem a obra de arte. Na física e na biologia, conveniência significa princípio de necessidade, que responde às leis físicas e biológicas dos seres. No direito, conveniência significa adequação, que se aplica na justiça.

Na metafísica, conveniência significa a similitude de perfeição entre naturezas, e isso se realiza pela participação. No contexto filosófico pode-se dizer que *conveniência* é harmonia e participação que há entre naturezas. No contexto teológico, conveniência é dito da relação entre seres espirituais, pessoais e livres e significa a harmonia, similitude e participação que há entre estas naturezas, que entre si se convêm e se aproximam, mediante alguma necessidade por afirmar alguma perfeição ou restaurar certa perfeição, enquanto tal aproximação se dá pela ordem das naturezas mesmas, pelo saber, vontade e liberdade, fundamentada no amor: este saber livre do querer pelo que se é.

Foi conveniente que Deus se encarnasse? Tendo visto isso, cabe saber agora se foi conveniente que Deus se encarnasse, não sem antes entender o

que significa a *Encarnação* no contexto teológico: por Encarnação entendemos não a aparição de Deus sob forma humana transitória, mas o fato de Deus fazer-se homem, sem deixar de ser Deus e sem mutilar a natureza do homem. Podemos resumir o mistério da Encarnação valendo-nos da síntese do Catecismo: “No tempo determinado por Deus, o Filho Único do Pai, a Palavra Eterna, isto é, o Verbo e a imagem substancial do Pai, encarnou, sem perder a natureza divina, assumiu a natureza humana... A Encarnação é, portanto, o Mistério da admirável união da natureza divina e da natureza humana na única Pessoa do Verbo”².

O que nos ensina TA? O Aquinate afirma que foi conveniente que Deus se encarnasse³. Ele entende a conveniência teológica como o princípio de relação espiritual, entre seres pessoais e livres, enquanto essa razão de conveniência se fundamenta na harmonia, similitude e participação que há entre estas naturezas, que entre si se convêm e se aproximam atraídas pelo amor do autor mesmo da harmonia: Deus.

Necessidade. O que significa necessidade? A genialidade de Platão não nos deixou passar em branco algo acerca do significado deste conceito. Para ele necessidade significa *falta e busca do que falta* [*Banquete*, 204-5]. Aristóteles se dedicou amplamente ao tema e é dele que extrairemos o sentido mais geral de necessidade. Segundo o Estagirita necessidade se diz do que é necessário e necessário é *aquilo a que somos coagidos quando uma força qualquer nos obriga a fazer ou a sofrer alguma coisa que é contra o instinto, de tal modo que a necessidade consiste, neste caso, em não poder fazer ou sofrer de outra forma* [*Metafísica*. V, 5, 1014b 35]. Para o Aquinate, necessidade significa *aquilo que não pode ser de outra forma* [*Sum. Theo.* I, q.82, art.1].

Pode-se dizer que a Encarnação era tão conveniente que chegava a ser necessária? Pelo que vimos acerca dos conceitos de conveniência e necessidade, a Encarnação, embora fosse conveniente, não poderia ter sido necessária, com relação a Deus, por necessidade absoluta⁴. Por quê? Necessário, como dissemos, é *o que não pode ser de outra forma*. A Encarnação foi conveniente para a saúde do homem, mas não necessária para Deus, pois nada há que tolha ou negue a liberdade divina ou a Sua perfeição. E mesmo a *Escritura* insiste na gratuidade da Encarnação, que depende de um ato livre da vontade de Deus [Ef 1, 5-10]. Então, deve-se dizer que a Encarnação não era para Deus absolutamente necessária, já que Deus podia ter concedido diretamente a graça do perdão ao homem, sem passar por Jesus Cristo. Contudo, que Deus se encarnasse era necessário com relação à saúde

espiritual do homem. Deste modo, dizemos que a Encarnação foi relativamente necessária, ou seja, necessária com relação à restauração da natureza do homem decaída. Tal como nos ensina o teólogo D. Estevão Bettencourt, ‘nada ou ninguém pode impor coisa alguma a Deus e a própria teoria de que os homens deviam substituir os anjos decaídos é arbitrária, sem fundamento na Bíblia’⁵.

Como TA expõe a questão? *TA* afirma que *foi necessária a encarnação para a salvação humana*⁶, mas não enquanto esta necessidade impusesse tolhimento de liberdade na Vontade divina. Somente com o remédio da Encarnação a doença seria curada, pois não seria remédio satisfatório suficiente e perfeito se apenas cada homem desse uma satisfação por seu pecado e rendesse louvor a Deus, já que nem o bem de cada um e nem o de todos juntos seria perfeitamente suficiente para compensar, por equivalência, o dano de toda natureza, porque o pecado cometido contra Deus tem algo de infinito em razão da infinitude da majestade divina, já que a ofensa é tanto maior quanto maior é aquele contra o qual é dirigida⁷.

Somente pela Encarnação do Verbo seriam remidos os pecados. Era preciso, pois, para uma satisfação digna, que a ação do que satisfaz tivesse uma eficácia infinita, como a que procede do homem-Deus. Por um homem, toda a natureza humana gemeu por causa do pecado e, por outro, toda a natureza humana foi restaurada. A Encarnação não diminui a majestade divina, nem a razão de reverência que Lhe é devida, senão todo o contrário, aumenta ante nós sua majestade por ter-se tornado nosso próximo dando-nos a conhecê-Lo.

Somente Deus de bondade e misericordioso poderia encarnar-se para restaurar a natureza humana caída pelo pecado. E somente um Deus de amor tem o poder para tal. Por isso, cremos porque é um absurdo que qualquer outra realidade, senão Deus de amor possa fazer isso. O que livra a natureza humana da perdição é necessário para a salvação humana, já que a necessidade da encarnação não se diz do mesmo modo que se afirma que o alimento é necessário para a conservação da vida humana, pois o alimento Lhe é necessário, já que o homem não pode existir sem ele. Se entendida a necessidade desta maneira, a encarnação não teria sido necessária, pois Deus por sua onipotência poderia restaurar a natureza humana de muitas outras maneiras.

Encarnação – melhor modo e mais conveniente. Mas se a necessidade for entendida como o que possibilita a natureza humana chegar ao seu fim de modo melhor e mais conveniente, foi necessária a Encarnação para a salvação humana, pois embora Deus pudesse ter curado a enfermidade do homem de outro modo, este foi o melhor e mais conveniente. Assim, por exemplo, há muitos modos de chegar ao Rio, por mar, por ar e pela ponte. Mas, se for pela ponte, para cruzá-la rápido, o modo melhor e mais conveniente é através de automóvel, pois embora se possa cruzá-la à pé, este já não seria o mais rápido, melhor e conveniente. A Deus não faltou outro modo possível, mas não houve outro modo melhor e mais conveniente que a Encarnação para curar nossa miséria.

Bens necessários advindos da Encarnação. Foi necessária a encarnação porque por ela a nossa fé pode tornar-se fundamentada, a nossa esperança elevada, a nossa caridade despertada, o nosso agir ordenado⁸, nossa participação plena na divindade e do mesmo modo a encarnação foi útil para afastar o mal, por aversão ao demônio, para mostrar a dignidade humana, para a remoção da presunção humana, para libertar a liberdade humana.

II. Motivo e Época.

Motivo. Uma vez tendo visto que para *TA* foi conveniente e necessário que Deus se encarnasse, cabe agora considerar esta questão: *se Deus se teria encarnado se não tivesse existido o pecado.* Com relação à esta pergunta *TA* responde dizendo que *tudo o que provém somente da vontade de Deus, acima de qualquer direito da criatura, só o conhecemos pelo ensinamento da Sagrada Escritura, pela qual nos é dada a conhecer a vontade divina. Como porém na Sagrada Escritura o motivo da encarnação sempre é posto no pecado do primeiro homem, é mais correto dizer que a obra da salvação foi ordenada por Deus para remédio do pecado, de sorte que não havendo pecado, não haveria encarnação. No entanto, o poder de Deus não está limitado a essa condição: mesmo que não houvesse pecado, Deus poderia encarnar-se.*⁹

Deus se encarnou para apagar mais o pecado original do que o atual? Ainda correlata à questão anterior aparece esta. *TA* responde dizendo que *Cristo veio não só para apagar o pecado original, mas todos que foram acrescentados...* Mas ele prossegue dizendo *quanto maior é o pecado, com tanto maior razão Cristo veio para apagá-lo...intensivamente o pecado atual é maior do que o original, porque participa mais da natureza do voluntário...extensivamente...o pecado original, pelo qual todo o gênero humano é atingido, é maior do que qualquer pecado atual próprio de uma pessoa singular. Sob esse aspecto, Cristo veio principalmente para apagar o pecado original*¹⁰.

Época. Embora a Sagrada Escritura nos revele que Deus se encarnou para remédio do pecado, vimos que para *TA*, o poder de Deus não está limitado a essa condição: mesmo que não houvesse pecado, Deus poderia encarnar-se. A pergunta agora é: *teria sido conveniente que Deus se encarnasse desde o princípio da humanidade?* *TA* responde dizendo que se a principal razão da encarnação foi a remissão do pecado, não conviria que Deus se encarnasse antes do pecado, pois o remédio não se dá senão aos enfermos. Nem mesmo foi conveniente que Deus se encarnasse logo após o pecado: primeiro, para que o homem humilhado, reconhecesse a necessidade de um libertador; segundo, para que se seguisse a ordem da realização do bem, segundo o qual se caminha do imperfeito para o perfeito; terceiro, em razão da dignidade do Verbo, por sua máxima eminência, exigiu-se maior número de arautos que o precederiam e quarto, para que não se arrefecesse o fervor da fé com o prolongar-se do tempo¹¹.

Então porque não foi adiada até o fim do mundo? Diz-nos *TA* que assim como não foi conveniente que Deus se encarnasse desde o princípio do mundo, assim não foi conveniente que a encarnação fosse adiada até o fim do mundo. Ao fim dos tempos pertence a perfeição da Glória, à qual a natureza humana deve ser conduzida em último lugar pelo Verbo encarnado. E se o remédio fosse diferido até o fim do mundo, teriam sido totalmente apagados da terra o conhecimento de Deus e sua reverência, bem como a honestidade dos costumes¹².

Concluindo. Foi no tempo propício a encarnação. Como assinala o teólogo Estevão Bettencourt, o momento propício – e isso parece paradoxal – não significa que o homem estivesse no apogeu das suas virtudes morais e da cultura, ao contrário, a Providência Divina quis escolher uma época em que os homens estavam profundamente marcados pelo pecado¹³. E esta demora da vinda do Messias não implica a perdição ou condenação para os homens anteriores a Cristo. E por que a Providência permitiu tal estado de coisas? Porque Deus quis que o homem recebesse a salvação gratuitamente, sem mérito próprio [1Cor 1,29 “...para que nenhuma criatura se possa vangloriar diante de Deus”] para que não se pudesse vangloriar. A norma básica da teologia cristã é a de que Deus não ama o homem, porque o homem seja bom, mas o homem é bom, porque Deus o ama [1 Jo 4,19]. A conveniência e a necessidade da Encarnação só encontra plena justificativa no mistério do amor de Deus por nós.

^[1]Paralelos: *In III Sent.*, d.1, q.1, a.2; *C. Gent.*, IV, 40,49,53,54,55; *Comp. Theo.*, c.200-201.

^[2]Catecismo, nº 479-483.

^[3]Tomás de Aquino, *S. Sum. Theo.*, III, q.1, art.1, sed contra, ad1-4, e respondeo. À primeira vista, *TA* teve de considerar os seguintes argumentos: se Deus, desde a eternidade, existiu sem nenhuma carne, seria inconveniente que Ele a ela se unisse; se Deus é espírito simplíssimo e Bom, e o corpo matéria composta e má, suas naturezas infinitamente se distanciam entre si no ser e na bondade, sendo, portanto, impossível e inconveniente que se unissem; se Deus é o autor de tudo, nada há que O contém, nem todo o universo é suficiente para conter a Deus, muito menos 'que [Deus] se oculte num corpinho de uma criança', tal como já alegara Volusiano: SANTO AGOSTINHO, *Epist.* 135, al.2, n.2: PL, 33, 513.

^[4] Santo Anselmo foi defensor da tese da necessidade da Encarnação, em sua obra *Cur Deus Homo*.

^[5]Bettencourt, E. *Curso de Cristologia*. Rio de Janeiro, Mater Ecclesiae, s/ d. p. 89.

^[6]TOMÁS DE AQUINO, *S. Sum. Theo.*, III, q.1, arg. 1-3. À primeira vista, *TA* teve de considerar os seguintes argumentos: se o Verbo era Deus e não recebeu nenhum acréscimo a seu poder, poderia ter restaurado a natureza humana sem se encarnar; e para isso não era senão necessário que o homem desse uma satisfação pelo pecado, pois a misericórdia de Deus nem o puniria e nem exigiria dele algo, além do que pudesse dar; além do mais, se a reverência a Deus é o principal para a salvação da natureza, bastaria que o homem O reverenciasse para a restauração da natureza, sem a necessidade de que se tornasse semelhante a nós, assumindo um corpo.

^[7]TOMÁS DE AQUINO, *S. Sum. Theo.*, III, q.1, art. 2, c.

^[8]Nos diz Agostinho: "O homem que podia ser visto, não devia ser seguido: Deus, que não podia ser visto, devia ser seguido. Portanto, para que fosse mostrado ao homem, para que fosse visto pelo homem e por ele seguido, Deus se fez homem" [*Sermone de Nativitate Domini*. 371, al. de *Diversis* 52, c.2: PL 39, 1660.

^[9]TOMÁS DE AQUINO, *S. Sum. Theo.*, III, q.1, art. 3, c.

^[10]TOMÁS DE AQUINO, *S. Sum. Theo.*, III, q.1, art. 4, c.

^[11]TOMÁS DE AQUINO, *S. Sum. Theo.*, III, q.1, art. 5, c.

^[12]TOMÁS DE AQUINO, *S. Sum. Theo.*, III, q.1, art. 6, c.

^[13]BETTENCOURT, E. *Curso de Cristologia*. Rio de Janeiro, Mater Ecclesiae, s/d. p. 91.